



## EDUCAÇÃO, NEOLIBERALISMO, DEMOCRACIA E POLÍTICA:<sup>1</sup> DILEMAS E DESAFIOS QUE SE NOS APRESENTAM EM NOSSA CONTEMPORANEIDADE

*EDUCATION, NEOLIBERALISM, DEMOCRACY, AND POLITICS:  
DILEMMA AND CHALLENGES THAT FACES US IN OUR CONTEMPORANEITY*

*EDUCACIÓN, NEOLIBERALISMO, DEMOCRACIA Y POLÍTICA:  
DILEMAS Y DESAFÍOS QUE ENFRENTAMOS EN NUESTRA  
CONTEMPORANEIDAD*

 Sylvio Gadelha

Doutor em Educação

Universidade Federal do Ceará (UFC) 

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFC)

Fortaleza, Ceará (CE) - Brasil

[sylviogadelha@uol.com.br](mailto:sylviogadelha@uol.com.br)

**Resumo:** O presente artigo, animado implicitamente pelos pensamentos de Félix Guattari, Gilles Deleuze e, sobretudo, Michel Foucault, busca constituir um agenciamento entre a educação, o neoliberalismo, a democracia e a política em nosso presente, apontando e problematizando alguns dos dilemas e desafios que se nos apresentam em nossa contemporaneidade. A partir de um paradoxo que criva tanto a educação como a democracia, passa-se em revista crítica algumas das ambições, peculiaridades e pretensões desmedidas da educação moderna, até a ruptura de “Maio de 68”, a qual impõe uma redefinição de perspectivas teórico-filosóficas e políticas de ação. Argumenta-se, em seguida, que o advento do neoliberalismo se fez acompanhar por um movimento que, simultaneamente, esvazia a política, tornando-a secundária, eclipsando-a e, além disso, trocando-a pela gestão tecno-empresarial, fragilizando assim não só a democracia, mas também as condições de possibilidade de instituição de uma educação insurgente. Nesse sentido, examina na sequência uma série de fatores implicados a esse processo (crise do capitalismo financeiro-especulativo de 2008 e seus efeitos, fenômeno das redes sociais e da governamentalidade algorítmica, processos de subjetivação e de precarização “do vivo”, ascensão dos neofascismos e de “democracias securitárias”, dentre outros), assinalando a importância de se fazer retornar a política ao primeiro plano das ações e da teorização educacionais.

**Palavras-chave:** contemporaneidade; democracia; educação; neoliberalismo; política.

**Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)**

GADELHA, Sylvio. Educação, neoliberalismo, democracia e política: dilemas e desafios que se nos apresentam em nossa contemporaneidade. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 71, p. 1-22, 27604, out./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n71.27604>

<sup>1</sup> Versão modificada e ampliada de fala apresentada no IX Congresso Internacional da Sociedade de Filosofia da Educação de Língua Portuguesa (SOFELP): “O papel político da Educação: da barbárie dos extremismos à democracia pelo diálogo e pela invenção”, realizado em Fortaleza, de 04 a 06 de abril de 2024.



**Abstract:** This paper, implicitly animated by the thoughts of Félix Guattari, Gilles Deleuze and, above all, Michel Foucault, seeks to constitute an assemblage between education, neoliberalism, democracy, and politics in our present, pointing out and problematizing some of the dilemmas and challenges that we face in our contemporary times. Starting from a paradox that riddles both education and democracy, it critically reviews some of the ambitions, peculiarities, and excessive unmeasured pretensions of modern education, until the rupture of “May 68”, which imposes a redefinition of theoretical, philosophical, and political perspectives of action. It is then argued that the advent of neoliberalism was accompanied by a movement that, simultaneously, empties politics, making it secondary, eclipsing it and, furthermore, exchanging it for techno-business management, thus weakening not only democracy, but also the conditions of possibility of instituting an insurgent education. In this sense, the paper examines a series of factors involved in this process (the crisis of financial-speculative capitalism of 2008 and its effects, the phenomenon of social networks and algorithmic governmentality, processes of subjectivation and precariousness of “the living”, the rise of neo-fascism and “security democracies”, among others), highlighting the importance of returning politics to the first plan of educational actions and theorization.

**Keywords:** contemporaneity; democracy; education; neoliberalismo; politics.

**Resumen:** Este artículo, animado implícitamente por el pensamiento de Félix Guattari, Gilles Deleuze y, sobre todo, Michel Foucault, busca constituir un trabajo de ensamblaje entre educación, neoliberalismo, democracia y política en nuestro presente, señalando y problematizando algunos de los dilemas y desafíos que enfrentamos en nuestra contemporaneidad. Partiendo de una paradoja que atraviesa tanto la educación como la democracia, revisa críticamente algunas de las ambiciones, peculiaridades y pretensiones desmesuradas de la educación moderna, hasta la ruptura de “Mayo del 68”, que impone una redefinición de las perspectivas teóricas, filosóficas y políticas de acción. Se sostiene entonces que el advenimiento del neoliberalismo estuvo acompañado de un movimiento que, simultáneamente, vacía la política, volviéndola secundaria, eclipsándola y, además, intercambiándola por la gestión tecnoempresarial, debilitando así no sólo la democracia, sino también las condiciones de posibilidad de instituir una educación insurgente. En este sentido, el trabajo examina una serie de factores implicados en este proceso (la crisis del capitalismo financiero-especulativo de 2008 y sus efectos, el fenómeno de las redes sociales y la gubernamentalidad algorítmica, los procesos de subjetivación y precarización de “los vivos”, el ascenso del neofascismo y las “democracias de seguridad”, entre otros), destacando la importancia de devolver la política al primer plano de las acciones y teorizaciones educativas.

**Palabras clave:** contemporaneidade; democracia; educação; neoliberalismo; política.

*Pouco importa que os excessos e as crises sejam, hoje, produzidos pelo próprio neoliberalismo; não vivemos mais a crise da gestão, mas a era da gestão por meio de crises. (Rodrigo Nunes, 2022, p. 60)*

O belo épico *Cruzada*<sup>2</sup> se passa no medievo e retrata especialmente a época em que Balduíno IV, cognominado *o leproso*, reinou sobre Jerusalém, de 1174 até sua morte, em 1185. Trata-se de um período marcado por uma instável, tensa e frágil “convivência” entre cristãos e islâmicos, sobretudo, por acirrados conflitos armados entre o rei de Jerusalém e Saladino, o chefe militar curdo, muçulmano e sultão do Egito e da Síria, que liderava a oposição islâmica aos cruzados, na tentativa de reconquista daquela cidade sagrada. Numa das últimas cenas do filme, em meio a uma sangrenta batalha pelo domínio de Jerusalém, em que ambos os lados, contabilizando perdas incomensuráveis e muito sofrimento, se vêem sem perspectivas de vitória, vemos face a face, numa trégua, o jovem cavaleiro Balian de Ibelin e Saladino, buscando firmar um acordo, por intermédio do qual o primeiro consente em entregar Jerusalém ao segundo, desde que este garanta salvo-conduto a todos os cristãos que desejem dela sair para retornar em segurança ao velho continente. Depois de firmarem esse acordo e darem as costas um ao outro, porém, eis que Balian se vira para Saladino e lhe pergunta qual era realmente, afinal, o valor de que a cidade se revestia para ele. Ao ouvir tal pergunta, Saladino esboça um sorriso entre irônico e desdenhoso, e afirma: “nada”! Tudo se passava, pois, como se Jerusalém não tivesse valor nenhum para ele e para seus comandados. Saladino, então, volta-se na direção de seu exército, mas, sem que chegue a dar quatro passos, vira-se novamente para Balian, levanta os braços à altura dos cotovelos, cerra os punhos, regozijando-se pelo seu excepcional feito, sua vitória, muda radicalmente sua resposta e, invertendo-a, diz: “tudo”!!! A reconquista de Jerusalém, no fim das contas, significava tudo para ele e os seus.

Sirvo-me dessa curiosa cena como pretexto para iniciar minha aproximação ao tema “Educação, Neoliberalismo, Democracia e Política”. Aqui, o elemento disparador de minhas considerações é justamente o paradoxo que ela evoca, o qual faz de Jerusalém a um só tempo tanto algo de que não se pode em absoluto abrir mão, encarnando tudo pelo que se deve lutar e até mesmo morrer; quanto algo destituído de qualquer relevância, uma nulidade pela qual não se deve mais despender nem esforços nem tempo, como se fosse uma causa perdida. Mas sirvo-me dessa cena, em segundo lugar, agenciando-a gradativamente a alguns fatores e a algumas questões que reputo prementes, considerando-se a ascensão de neotradicionalismos e neofascismos nos últimos quinze anos deste novo milênio. Desenvolverei uma

<sup>2</sup> *Kingdom of Heaven* (2005, EUA, 145 min, dirigido por Ridley Scott).

argumentação em três blocos temáticos, os quais buscam colocar em relação a educação, o neoliberalismo, a democracia e a política em nosso presente, desde uma perspectiva que deve muito a Michel Foucault, embora, como se terá a oportunidade de observar, só aos poucos sua presença ou influência ganhe maior visibilidade e centralidade, mesmo que nem sempre de forma explícita.

## 1 Um paradoxo que nos instiga a pensar a relação entre Educação e Democracia hoje

Feito esse brevíssimo introito, meu objetivo no primeiro bloco de minha exposição, é justamente o de sugerir que talvez possamos tomar o paradoxo acima descrito como se ele pudesse aplicar-se tanto à condição, ou ao estatuto da educação, quanto à condição ou ao estatuto da democracia, em nossa contemporaneidade. Isso nos colocaria em face de um desafiador e cruel problema, a saber: Que fazer, como nos portar, em nossa pura atualidade, diante desse par problemático, educação-democracia, que simultaneamente se nos apresenta, de um lado, como vital, preciosíssimo, talvez até incontornável; e, de outro, como algo cujo sentido e importância talvez já se tenha esvaziado consideravelmente aos nossos olhos, perdendo a centralidade, a relevância e a força simbólica de que se revestia até os estertores de nossa modernidade, isto é, até a última metade do século passado?<sup>3</sup> Noutras palavras: ainda acreditamos realmente que vale a pena lutar pela educação e pela democracia, como se ambas, articuladas entre si, representassem tudo para nós; ou, em vez disso, mal disfarçamos nosso incômodo, ou ceticismo, e mesmo nosso embaraçoso constrangimento, senão incredulidade, em face das duas, como instituições supostamente capazes de nos motivar, instigar e fazer-nos enfrentar e superar efetivamente os dilemas e desafios que se nos apresentam em nossa contemporaneidade?

Seria desejável de minha parte descrever e explicar como, e em que sentido, não só a democracia, mas também a educação, encarnariam essa condição paradoxal que hoje nos aflige e nos faz problema, demandando de nós posicionamentos e ações políticas de natureza ética, estética e política. Lastimo, mas não vou poder fazê-lo aqui, pelo menos como deveria, uma vez que, em primeiro lugar, isso requereria demasiado tempo e trabalho e, em segundo,

<sup>3</sup> Uso a expressão “nossa modernidade”, aqui, em consonância com a definição dada ao termo por Silva & Silva (2022, p. 297-298): “Podemos definir a modernidade como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida. Nesse sentido, como afirma Jacques Le Goff, modernidade é um conceito estritamente vinculado ao pensamento ocidental, sendo um processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura. Segundo Sérgio Paulo Rouanet, a racionalização econômica levou o Ocidente a dissolver as formas feudais e pré-capitalistas de produção e a elaborar uma mentalidade empresarial fundamentada no cálculo, nas técnicas racionais de contabilidade e de administração e na forma de trabalho livre assalariado. Enfim, a racionalização econômica se materializa no Capitalismo, desde o século XVIII até os nossos dias.”

A maior expressão política disso foi a Revolução Francesa, ao passo que a econômica foi a Revolução Industrial. Se, no campo das mentalidades, merece destaque o Iluminismo (Aufklärung), no campo filosófico, por sua vez, sobressai a filosofia idealista alemã, com o sistema histórico totalizante de Hegel e a filosofia crítico-transcendental kantiana. Acrescente-se, por fim, aproveitando o ensejo, que, em termos cronológicos, enquadro o que considero o fim da modernidade, ou o seu ocaso, num período que se estende por cerca de aproximadamente 45 anos, começando pela II Grande Guerra Mundial, nela salientando, sobretudo, de um lado Auschwitz, e, de outro as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, passando depois pelos “trinta anos gloriosos”, por “Maio de 68 e fechando-se, por fim, com o advento do neoliberalismo, a erosão da URSS e a queda do Muro de Berlim.

por considerar que essa minha provocação, mesmo que levante uma ou outra objeção (secundária, acredito), é plausível, podendo ser relativamente bem assimilada com um mínimo de boa vontade, até mesmo pelos que eventualmente dela discordem. Isso não significa, contudo, que umas poucas e sumárias considerações não possam ser feitas sobre o assunto.

Com efeito, desde o desenvolvimento do capitalismo industrial, sobretudo, no último quartel do século XIX, a racionalização da dinâmica e das organizações sociais, a laicização das sociedades ocidentais, sem falar de fatores, tais como o mecanicismo, o cientificismo, o determinismo, o positivismo e o humanismo que tanto banharam e influenciaram as ciências humanas, não só no que tange ao seu desenvolvimento, mas também no que se refere às suas aplicações sociais, todos concorreram nalguma medida para nos transmitir um otimismo desmesurado em relação ao progresso e ao futuro da humanidade. Esse projeto desmesurado e o otimismo de que ele se faz acompanhar é resumido de forma exemplar por Pinto (1996, p. 07):

No pensamento filosófico da modernidade, a apreensão do sentido da formação do homem através da educação (plano ontogenético) recebe o seu conteúdo da compreensão do sentido da formação do homem através da história (plano filogenético). O fim último é o mesmo em qualquer dos planos: a constituição de um estado de cidadania mundial onde seria possível desenvolver integralmente todas as disposições da espécie humana (Kant); onde o Espírito possa conhecer-se e realizar-se - porque, onde a objectividade satisfaça a exigência interior, aí reside a liberdade e a felicidade (Hegel); onde, enfim, o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos (Marx). A reconstrução do passado histórico numa perspectiva de progresso sempre para melhor fundar a convicção - “embora não a certeza” - de que esse sentido irá persistir até a reconciliação final da humanidade num mundo adequado ao seu conceito.

Nas searas da educação, esse otimismo assumiu tanto um verniz filosófico quanto político e psicopedagógico. Assim, de um lado, a educação foi significativamente orientada pelo materialismo histórico-dialético, pela epistemologia genética, pelo *boom* da psicologia das diferenças individuais e da psicométrica e pela tímida, ambivalente e relutante assimilação dos conceitos e práticas psicanalíticos por parte da pedagogia. De outro, ela foi profundamente influenciada pela difusão das tecnologias behavioristas e pelas noções e experimentos relativos à percepção e à cognição humana trazidos a lume pela psicologia da Gestalt. De todo modo, uma vez animada pelo espírito da renovação escolanovista, não sem um misto considerável de ingenuidade, de inequívoco racismo, de paternalismo e de condescendência, a educação foi, de forma recorrente, incensada e investida da magnânima e urgente tarefa de instruir, civilizar, humanizar e mesmo redimir os homens, sobretudo, os das populações dos países colonizados e do hemisfério sul. A ideia era a de livrá-los da miséria, da violência, da

barbárie, da ignorância e, por outro lado, atenuar, ou pelo menos buscar contribuir para pôr fim às imensas e flagrantes desigualdades econômicas e sociais então existentes.<sup>4</sup>

Permitam-me citar aqui um trecho luminoso, no qual o grande Antônio Cândido (*Apud*. PRADO JR., 1980, p. 10-11) resume três teses básicas que constituíam, na primeira metade do século passado, uma plataforma político-pedagógica celebrada pelos principais renovadores da educação brasileira, teses essas compartilhadas tanto por liberais conservadores, quanto por liberais progressistas:

A partir do século 18 as ideologias do progresso forjaram a imagem de um homem perfectível ao infinito graças à faculdade redentora do saber. Era como se a mancha do pecado original pudesse ser lavada e o paraíso, em vez de ter existido no passado, passasse a ser uma certeza gloriosa no futuro. O século 19 se embalou na ilusão de que quando a instrução fosse geral acabariam os “males da sociedade, - como se ela pudesse substituir as reformas essenciais na estrutura econômica e social que, estas sim, são requisitos para se tentar a melhoria da sociedade e, portanto, dos homens. Essa visão liberal (que se comunicou ao socialismo e ao anarquismo) permeava toda a educação e informava a ideia de escola.

No Brasil, a ideia dominante dos liberais, entre as duas guerras, era que a instrução universal e obrigatória ampliaria ao máximo o corpo de votantes e que, uma vez instituído o voto secreto, ele estaria livre das manipulações oligárquicas e poderia, instruído e independente, levar o país a grandes destinos. Esta teoria generosa e ingênua pressupunha uma população homogênea redimida por aquelas panaceias.

Em meio a essa irresistível tendência, no transcurso do século XX, a pedagogia viu-se colonizada pelos saberes e práticas do campo “médico-psi”, ao passo que, correlativamente, as sociedades ocidentais desenvolvidas viram-se normalizadas, ou medicalizadas, como brilhantemente nos mostrou Michel Foucault em duas grandes obras, complementares entre si, a meu ver, publicadas em meados dos anos 1970, *Vigiar e punir*, e *A vontade de saber* - primeiro volume de seu ambicioso e inacabado projeto de escrever uma história da sexualidade<sup>5</sup>. Destaque-se, de passagem, que todo esse discurso psicopedagógico que formatou a educação no transcurso do século XX, salvo poucas e honrosas exceções, primou pelo ajustamento e a adequação dos indivíduos ao meio social, fortalecendo assim posições políticas eminentemente conservadoras no que tange, de um lado, ao entendimento da estrutura e da dinâmica social, e de outro, aos processos de formação e de subjetivação da infância, da adolescência e da idade adulta nas sociedades capitalistas. A mudança social, nesses termos, viu-se amiúde eclipsada e, malgrado a teorização e a prática educacionais ditas progressistas reivindicassem para si um papel crítico, emancipador e transformador das

<sup>4</sup> Como afirma Galeano (2023, p. 36), ao passo que os missionários lançam mão do Deus cristão como álibi para saquear, dominar e humilhar os índios, “os doutores do Estado moderno, por sua vez, preferem o álibi da ilustração: para salvá-los das trevas, é preciso civilizar os bárbaros ignorantes. Antes e agora, o racismo converte o despojo colonial num ato de justiça. O colonizado é um sub-homem, capaz de superstição, mas incapaz de religião, capaz de folclore, mas incapaz de cultura: o sub-homem merece trato sub-humano, e seu escasso valor corresponde ao baixo preço dos frutos do seu trabalho. O racismo legitima a rapina colonial e neocolonial, tudo ao longo dos séculos e dos diversos níveis de suas humilhações sucessivas. A América Latina trata seus índios como as grandes potências tratam a América Latina.

<sup>5</sup> A esse respeito, cf. César (2008).

relações sociais e de exploração, o que se viu realmente, no fim das contas, foi a disseminação e o posterior predomínio de uma retórica pseudoliberadora e pseudo-emancipatória - ou, pelo menos, de boa parte dela, que não tardaria a ser questionada, problematizada e desconstruída, a partir dos *anos 68*, por meio de um recurso aos “mestres da suspeita” e pelo pensamento pós-estruturalista, dando a ver seu caráter idealista, moralista, disciplinar, ortopédico, assujeitador, mantenedor do *status quo* e das relações de dominação. Nos termos de Tomaz Tadeu da Silva (1996, p. 252 – grifos do autor):

A posição modernista e iluminista constituía a base comum do pensamento liberal e do pensamento crítico de fundamentação marxista sobre a escola. Mesmo os questionamentos mais radicais sobre a educação institucionalizada, representados num certo momento pelas teorias da reprodução, de certa forma se restringiam a cobrar da educação liberal e moderna suas promessas não cumpridas de acesso universal, de igualdade de tratamento, e de não-discriminação. A educação liberal e capitalista era condenada não por seus ideais, mas pela falta de sua realização.

A educação e a pedagogia modernas, nesses termos, sobretudo, no transcurso do século XX, ancoradas nessa utopia emancipatório-liberadora, prometeram o homem ao homem e, quiçá, o caráter desmedido e frágil dessa promessa responda, pelo menos parcialmente, por um crescente pessimismo e/ou um esvaziamento do potencial transformador e redentor da educação, aproximadamente, do ocaso da modernidade aos nossos dias. Aquele paradoxo anteriormente evocado, sobretudo, após os intempestivos “anos 68”, ganha então maior visibilidade e dramaticidade, tornando-se signo de um incômodo e fazendo-nos problema. Nas palavras de Bento Prado Jr. (1980, p. 12 - itálicos do autor)

Depois de 1968, importa menos a questão do *conteúdo* do ensino (na linguagem de antigamente, a oposição entre uma moral leiga e republicana e uma moral teológica, suspeita de duvidosa fidelidade à democracia) do que a questão, bem mais complexa, do lugar social da escola, ou *do possível sentido moderno da educação*. A pergunta insidiosa que começou a ser formulada, das mais diversas perspectivas, depois de 1968 é, se não nos equivocamos, a seguinte: nós que herdamos, de maneira torta e de múltiplas mediações (principalmente a da filosofia das luzes), a crença na educação como meio de redenção moral e política, poderemos mantê-la, hoje, quando a educação foi quase inteiramente identificada com *escolarização*? A escola, instituição contingente e de nascimento tão recente, poderia suportar o peso desse compromisso firmado há tantos séculos? A filosofia da educação, tal como é praticada hoje, tem certa dificuldade em perceber essa infinita distância, a fenda aberta pela crise presente, fechando os olhos para aporias que deveria enfrentar.

Antes de 1968, grosso modo, filósofos e pedagogos discutiam o estilo da escola e as estratégias de educação, sem jamais pôr em questão o lugar social da escola e, sobretudo, *a eficácia da escola enquanto tal*, como forma de educação. De um lado e de outro, direita e esquerda, bem como entre pensadores e educadores, a querela limitava-se à definição da *boa escola* e, qualquer que fosse a posição adotada, pressupunha-se que ela seria meio e instrumento da instauração da *boa sociedade*. Naqueles bons tempos, a ideia de uma *boa instituição* não causava nenhuma inquietação (embora, ainda hoje, algumas almas, demasiado delicadas ou demasiado truculentas, não sei, tremam de indignação diante do que consideram insultuoso às instituições escolares – ignorando que o respeito pelas instituições enquanto tais, na sua inércia, é o começo do conformismo e o fim do pensamento).

Não posso esquivar-me, aqui, de passagem, a propósito do final dessas ponderações de Bento Prado Júnior, de assinalar que Michel Foucault, juntamente com Gilles Deleuze e Félix Guattari, teve um papel fundamental tanto na filosofia, como na educação, no sentido de nos legar não um respeito submisso, conformista e reconfortante em face das instituições, enquanto tais, mas, justamente o contrário, ou seja, de nutrir em relação a elas um misto de impaciência, desconfiança e mesmo irreverência, buscando a um só tempo, por um lado, cultivar uma atitude outra, corajosa e experimental, de resistência e de exercício intempestivo da crítica, e, por outro, abrir um espaço heterotópico, uma exterioridade, para poder problematizá-las, numa perspectiva, extramoral, imanentista e microfísica, vitalizando o exercício do pensamento - no caso do primeiro, através da arqueogenealogia, e, no caso dos segundos, através de sua micropolítica.

De todo modo, prossigamos com nossa exposição, nos debruçando agora sobre a democracia. No campo político, no qual podemos situar a discussão acerca dela, esse otimismo desmedido a que nos referimos há pouco ora foi expresso pela via socialista, ora pela via social-democrata, ora ainda pela via das democracias liberais representativas, as duas últimas celebrando algumas das mais caras utopias modernas, na medida em que consagraram o Estado de Direito e a doutrina dos direitos humanos (igualdade, liberdade - inclusive, a de expressão -, criação da ONU, Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, exercício da cidadania plena, direitos individuais e coletivos etc.).



Mas, tal como sucedeu com a educação, essa implicação à democracia (modo de concebê-la, valorá-la e de situar-se diante dela), da segunda metade do século XVIII até o ocaso da modernidade - exceção seja feita especialmente às singulares extremas experiências do nazifascismo e do totalitarismo de Estado soviético -, também oscilou entre uma celebração desmesurada e um ceticismo e/ou um pessimismo distópico, que fez muitos desinvestirem significativamente algumas das supostas positivities, virtudes e promessas, até então associadas não só aos projetos revolucionários/emancipadores que vigoravam até os anos 1960, mas também às potencialidades atribuídas aos regimes democráticos.<sup>6</sup> No que se refere ao primeiro caso, vale a pena citar uma passagem do historiador François Dosse (2023, p. 11):

O acontecimento 1968 relança as utopias e as loucas esperanças depositadas nas potencialidades da história. O marxismo volta a ganhar interesse e a alimentar um pensamento hiper crítico, intimamente contestatório. (...) Em seguida, pouco a pouco, a onda “Maio de 1968” refluí, e as revelações dos dissidentes dos países do Leste, cujo ponto culminante é o testemunho de Soljenítsin em 1974, irão desencorajar os intelectuais a esperar por um futuro melhor, tanto mais porque no horizonte, mesmo que longínquo, nenhuma experiência parece ainda encarnar as aspirações rumo às potencialidades revolucionárias.

Aproximadamente vinte anos mais tarde, a derrocada da URSS e a Queda do Muro de Berlin, além de marcarem o fim da Guerra Fria, acentuam ainda mais o enfraquecimento das utopias revolucionárias. Já no que respeita ao segundo caso, creio ser oportuno retomar aqui algumas considerações críticas de Robert Darnton e Olivier Duhamel (2001, p. 11) sobre os destinos da democracia no Ocidente, do século XVIII ao começo deste novo milênio:

Dos 191 Estados hoje existentes no planeta, não chegam a oitenta os que desfrutam de eleições livres e respeitam um mínimo de direitos cívicos. O alcance do mal varia de acordo com os critérios adotados, naturalmente. Certos politólogos afirmam com humor negro: o critério de um Estado democrático é simples: duas eleições seguidas sem fraudes. Embora a questão seja muito mais complicada, pode-se estimar sem exagero que apenas um quinto da população mundial (ou 1,5 bilhão) habita países que podem ser considerados democráticos.

Esse diagnóstico realista e irônico dos autores data de 2001, antecedendo e não considerando, portanto, por exemplo, fenômenos que o sucederam e que depois se mostrariam muito relevantes para o tema sobre o qual nos debruçamos, tais como: a) a grande crise do capitalismo financeiro-especulativo, de 2008, nos EUA e alhures; b) as insurreições intempestivas dos primeiros anos da década de 2010 (as primaveras árabe e espanhola, o

<sup>6</sup> Em conversa com o filósofo Ruy de Carvalho Rodrigues Jr. (UECE), por quem tenho grande estima e a mais alta consideração como intelectual, ele ponderou que, na verdade, o otimismo desmedido em torno da democracia teve seu impulso inicial com o *New Deal* de Roosevelt e o fordismo, nos EUA, e com as conquistas sociais obtidas pela social-democracia europeia, sobretudo, a alemã, alcançando seu ápice no transcurso dos “trinta anos gloriosos (entre 1945 e 1975), época em que o pacto entre capital e trabalho, bem ou mal, proporcionou certa estabilidade e horizontes tanto para os trabalhadores da indústria e comerciantes, quanto para os representantes da emergente nova classes média (“white collar”), para falar com Charles Wright Mills. Além disso, tal período, não por acaso, conforme nos aponta Grégoire Chamayou (2020), foi justamente aquele em que a sociedade ainda era relativamente governável. Por outro lado, o pessimismo distópico a que me refiro sobrevém justamente com o advento do neoliberalismo, em meados dos anos 1970.

movimento *Occupy Wall Street*, as jornadas de junho a outubro de 2013, no Brasil; c) a crise migratória na Europa, agravada em 2015; d) a saída do Reino Unido da União Europeia, mais conhecida como *brexit*, em 2019; e) nesse mesmo ano e no seguinte, a primavera chilena; e) a reação política contra a globalização, motivada, sobretudo, pela política de imigração e pelos acordos de livre comércio; f) não menos crucial, de um lado, o aumento da desigualdade econômica nos países desenvolvidos, e de outro, o aumento do desemprego e a precarização do vivo, com o advento do capitalismo de plataforma e de vigilância, especialmente de 2010 para cá; g) finalmente, a ascensão de neoconservadorismos, neofascismos e de toda sorte de neopopulismos autoritários, de direita e de extrema direita, tanto no Brasil como em diversos Estados-nações, fragilizando e colocando em xeque as nossas já tão combalidas democracias.

Nesses termos, no transcorrer dos últimos cinquenta anos, desde, sobretudo, o advento do neoliberalismo e do processo de globalização, responsáveis por uma intensa, fria e cruel despadronização do mundo do trabalho (terceirização, flexibilização, supressão de direitos trabalhistas, aumento do desemprego e precarização de atividades laborais), a democracia, cujo valor universal havia sido tematizado por Carlos Nelson Coutinho em livro originariamente publicado em 1979<sup>7</sup>, veio a sofrer seguidamente e, cada vez mais, diversos e variados golpes, que terminaram por levantar questionamentos não só quanto à sua efetiva universalidade, como valor, mas também desconfianças quanto às suas potencialidades e à sua real aplicabilidade num mundo capitalista selvagem, cuja lógica já não era mais a da produção (fordismo), mas a especulativo-financeira, rentista, como afirma Ladislau Dowbor<sup>8</sup>. Se considerarmos o último dos fatores acima elencados, não computado - vale lembrar - no diagnóstico de Darnton e Duhamel acerca da condição da democracia, qual seja, a ascensão de neoconservadorismos, neofascismos e toda sorte de neopopulismos autoritários em diversos Estados-nações pelo planeta e, inclusive, no Brasil, pode-se compreender a emergência recente de toda uma considerável literatura que busca tanto problematizar os complexos dilemas, desafios e perigos colocados à democracia nos últimos anos, quanto fortalecê-la, de modo a fazer com que ela busque enfrentá-los e superá-los.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Cf.: COUTINHO, Carlos Nelson (1979).

<sup>8</sup> Cf.: DOWBOR, Ladislau (2016; 2020; 2023)

<sup>9</sup> A bibliografia é demasiado extensa, mas, a título de ilustração, cf.: PRZEWORSKI, Adam. *As Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000; AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; CASARA, Rubens Roberto Rebello. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017; LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. *Como as Democracias morrem*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2018; BENTES, Ivana. *As milícias digitais de Bolsonaro e o colapso da democracia*. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia/>. Acesso em: 30/maio/2022; MIGUEL, Luís Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019; MOUNK, Iascha. *O Povo contra a Democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Ed. Cia. Das Letras, 2019. ABRANCHES, Sérgio. *et al. Democracia em Risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 2019; STARLING, Heloísa. *et al. Linguagem da Destruição: a democracia brasileira em crise*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2022. EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Ed. Vestígio, 2019; APPLEBAUM, Anne. *O Crepúsculo da Democracia*. São Paulo: Ed. Record, 2021; LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. *Como salvar a Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2024. MOUNK, Iascha. *O Grande Experimento: por que as democracias diversificadas fracassam e como podem triunfar*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2024.

Partindo da constatação de que, especialmente no decurso das duas primeiras décadas desse novo milênio, seguidos e cerrados ataques foram dirigidos à democracia, seja pelo capitalismo neoliberal, seja pelo controle exercido pelas Big Techs sobre as redes sociais - manipulando informações e modulando condutas -, seja ainda pela ascensão dos movimentos neopopulistas, neofascistas, de extrema direita e dos autoritarismos que lhe são correlatos, como boa parte dos títulos dessas obras o atestam, elas nos acenam com duas coisas: por um lado, para um misto de temor e descrédito em face da democracia - haja vista sua incapacidade de responder a contento e de afirmar-se diante desses mesmos ataques. De outro, para a ideia de que, por isso mesmo, talvez mais do que nunca, faz-se imperativo afirmá-la, vitalizá-la e defendê-la, pelas mais variadas formas de resistência, de luta política e por intermédio do exercício da cidadania.

## **2 Do imperativo de fazer retornar a Política para fazer frente à Governamentalidade Neoliberal e ao culto da Gestão Empresarial**

De todo modo, o binômio educação-democracia se transmuta, impondo-nos a necessidade de pensá-lo de uma outra forma, relacional e estratégica, mas, doravante, triádica, implicando o acréscimo de um terceiro termo, essencial, que não é outro senão a *política*. Adianto desde já que, ao trazer a política à baila, trago também indiretamente a governamentalidade neoliberal e a biopolítica que lhe são correlatas. Embora isso pareça óbvio aos olhos de muitos - pois, em princípio, e aparentemente, a política sempre “esteve aí” -, na verdade, tal impressão talvez não se sustente, e isso por duas razões.

Em primeiro lugar, por que, de acordo com o que preconiza a lógica neoliberal, ou seja, essa a que Pierre Dardot e Christian Laval (2016) designam como *a nova razão do mundo*<sup>10</sup>, que atualiza a “fobia de Estado” nutrida pelos ordoliberalismos alemães, a política passou a constituir uma instituição a um só tempo ineficiente, obsoleta e, no limite, dispensável, desde que atrelada à conjectura de que a História teria supostamente atingido um misto de estado de acabamento e atualização últimos, representados, no caso, de um lado, pela supremacia do capitalismo de livre mercado - relativamente à economia planificada do socialismo ou do comunismo -, e, de outro, pela supremacia das democracias liberais representativas, em face de outros regimes políticos. Essa tendência interpretativa, ao conceber o capitalismo de mercado e as democracias liberais representativas como os dois fatores que, conjugados entre si, assinalariam o atingimento de um certo *télos* histórico, uma espécie de ápice sociocultural,

<sup>10</sup> Cf. DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian (2016).

ou civilizacional, concebido como inexorável, incontornável, num só golpe, atinge não só a História, mas também a política. Ora, foi justamente um tal posicionamento que ensejou a equivocada, controvertida e posteriormente ridicularizada tese do filósofo e cientista político nipo-estadunidense Francis Fukuyama. Com efeito, esse assessor intelectual de Ronald Reagan tornou-se mundialmente conhecido em 1989, ao publicar um artigo intitulado *O Fim da história*, transformado pouco depois em livro, em 1992, intitulado *O fim da história e o último homem*. A nós, pois, não haveria nenhuma opção, exterioridade ou alternativas em face do capitalismo neoliberal e dos modos de vida que ele secreta e implica: “fim da História”! Em face de tal destino, o que nos restaria? Aludindo ao fim da história em Hegel, o filósofo François Châtelet (1994, p. 122) nos responde: “Não há mais lugar para a invenção na filosofia, não há mais lugar para a invenção em nenhum campo. A única coisa que se pode fazer é realizar. Então precisaríamos tornar-nos, para empregar a expressão de Husserl, ‘funcionários da humanidade’”<sup>11</sup>.

Mas, em segundo lugar, há outra razão para pensarmos que se faz necessário e urgente trazer a política de volta ao primeiro plano de nosso tabuleiro, articulando-a tanto à educação quanto à democracia. E aqui começo propriamente um diálogo com Foucault e uma avaliação do precioso legado que ele nos deixou para pensarmos o que sucede à educação no neoliberalismo. O caso é que este acredita que as tradicionais práticas e discursividades democráticas, de esquerda, e/ou progressistas, devam dar lugar a outras, bem distintas, a saber, aquelas oriundas do mundo corporativo-empresarial, ou seja, a todo um ideário, uma série de princípios, uma tábua de valores e um conjunto de práticas e saberes característicos do *management*. Em suma, a política deve dar lugar à gestão - flexível, leve, eficaz, eficiente, inovadora, pró-ativa, criativa e líquida, para falar com o falecido sociólogo polonês, Zigmunt Bauman.

Foucault nos deu valiosas pistas para entendermos tal movimento, que busca não só esvaziar a política, mas submetê-la e reduzi-la - por uma espécie de conversão forçada - à gestão empresarial. A governamentalidade neoliberal tem sua inspiração intelectual, em parte, nas ideias da Escola Austríaca (Ludwig von Mises e Friedrich Hayek) e, complementarmente, nas ideias desenvolvidas pela Escola de Chicago (Theodore Schultz, Gary Stanley Becker, George Stigler, Robert Lucas etc.), ao passo que seu *modus operandi* remete, dentre outros, aos seguintes fatores: a) lógica social em que o Estado é governamentalizado justamente para que possa governar *para o* mercado, e em que este, por seu turno, passa a constituir a suprema

<sup>11</sup> Sobre o controverso tema do fim da História, cf.: ANDERSON, Perry. (1992)

instância de veridicção para a tomada de decisões e o estabelecimento da verdade; b) uma política de sociedade (*Gesellschaftspolitik*) extremamente ativa, cujo governo das condutas dos indivíduos se dá pela manipulação de variáveis ambientais<sup>12</sup>; c) disseminação generalizada da concorrência como princípio formalizador da sociedade; d) difusão da *forma-empresa* por toda a superfície do *socius*; e) disseminação de uma *cultura do empreendedorismo*, dando margem a que os indivíduos sejam formados e subjetivados como verdadeiras microempresas, tornando-se *empresários de si mesmos*/empreendedores e competidores, uns em relação aos outros; f) estreitamente associada ao empreendedorismo, desenvolvimento de pedagogias de competências - inclusive, emocionais -, bem como de um verdadeiro culto à performance; g) governamentalidade surpreendente e singular, haja vista valorizar e assimilar o fator *subjetividade* ao seu funcionamento, tornando-se capaz de operar com a otimização, o controle, a docilização e a modulação de sistemas da diferença (favorecendo, portanto, não só práticas identitaristas assujeitadas, mas também diversos tipos de pseudo-empoderamentos; h) no campo político, atualização da servidão voluntária, mediante a instituição de uma cidadania sacrificial (Wendy Brown); i) produção do homem permanentemente endividado (Gilles Deleuze e Maurizio Lazzarato); j) conversão do consumo, de gastos e despesas em investimentos, passíveis de serem transformados numa espécie de *capital humano*, o qual, por seu turno, após ser acumulado e aperfeiçoado com o passar do tempo, poderá vir a ser trocado por fluxos de renda, garantindo assim a inclusão social desses mesmos indivíduos, prescindindo-se, de outra parte, em consequência, das antigas e clássicas políticas sociais públicas (o que, estrategicamente, de um lado, sabota e enfraquece o Estado de Bem-Estar-Social e, de outro, reforça o princípio da meritocracia, sagrado para os neoliberais); l) instituição de planos de austeridade, impondo duras medidas para controle de gastos públicos e aumento da arrecadação, o que resulta na redução de benefícios (como a aposentadoria), de salários, no aumento de impostos e em demissões em massa em órgãos públicos.

<sup>12</sup> No caso do que Foucault chamou de “governamentalidade neoliberal” e, em particular, do que outros estudiosos de Foucault designam de “governamentalidade algorítmica”, por exemplo, conforme afirma Alves (*Apud*. Andrade (2022, p. 58 - itálicos do autor): “Não é preciso mais dizer ‘não’ ou ameaçar: basta enviar sinais capazes de provocar ou estimular determinados reflexos ou respostas a certos estímulos. Age-se, assim, em um nível eminentemente pré-individual, sem que se faça qualquer apelo ao entendimento ou à vontade dos governados para se passar ao ato. Temos assim um novo regime de ação sobre o futuro: não se trata de agir sobre as causas de um fenômeno (como na prevenção tradicional), mas sim de agir sobre o ambiente, de modo a fazer com que *certas coisas sejam atualizadas ou não, se tornem possíveis ou não*. Deste modo temos um governo mais eficiente e um poder que funciona de modo ainda mais insidioso, perversivo e cirúrgico.

### 3 Neoconservadorismos, Neofascismos e movimentos de extrema direita: capitalização estratégica de crises, instrumentalização de sentimentos antissistema e cooptação das massas precarizadas

Esse apagamento ou desinvestimento da política, de outra parte, faz-se acompanhar de dois outros fenômenos, a *aporofobia*<sup>13</sup> e a *sociofobia*<sup>14</sup>, decerto distintos, mas relativamente associados entre si, os quais nos ajudam a entender melhor os novos regimes de sociabilidade nas sociedades neoliberais, regimes esses que implicam, em maior ou menor medida, tanto o mundo digital e suas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), quanto, através de ambos, uma dupla e estratégica capitalização política por parte de movimentos neotradicionalistas, nacionalistas, nazifascistas e outros de direita e de extrema direita. Por um lado, trata-se da capitalização de diversas crises de caráter mundial (político-econômica, sociocultural, climática, de sociabilidade, subjetiva etc.); por outro, de uma capitalização dos sentimentos antissistema por elas provocados ou turbinados. Tal capitalização, que opera por meio da desinformação, da difusão de *fake news* e de uma instrumentalização conjunta do medo, dos sentimentos de insegurança, de precariedade, de desorientação, de ressentimento, de angústia e até mesmo de abandono experimentados por centenas de milhares de indivíduos espalhados não só pelos EUA, mas por todo o planeta, sobretudo, após a grande crise financeira de 2008, concorre para fazer dessa massa de indivíduos, não só os novos excluídos do sistema mundial, mas também um imenso contingente - espécie de precariado -, virtualmente e docilmente cooptável pelos movimentos, partidos e/ou grupos tradicionalistas, fundamentalistas e/ou de extrema-direita. Além disso, essa capitalização se dá tanto pelo manejo do que seria uma psicologia das multidões, ao nível molar, quanto pelo governo e a modulação das condutas dos indivíduos, ao nível molecular. Em ambos os casos, isso é viabilizado por intermédio de um uso surpreendente e eficaz das redes sociais e do que constituiria uma espécie de governamentalidade algorítmica, da qual me ocuparei mais adiante. Tanto num caso como noutro, faz-se mister acrescentar, a dominação, o governo e a modulação das condutas não seriam possíveis sem o concurso providencial das *big Techs* do Vale do Silício. Recorro a um esclarecedor trecho do livro *Do transe à vertigem*, do filósofo

<sup>13</sup> Trata-se de um conceito criado nos anos 1990 pela filósofa espanhola [Adela Cortina](#), para designar o fenômeno da aversão aos pobres, que se manifesta desde as atitudes individuais, ao nível microfísico, até ao nível molar, nas políticas públicas. No Brasil, também é conhecida como “pobrefobia”. Para maiores informações, cf.: CORTINA (2020); FRANCO & LOLLO (2023).

<sup>14</sup> Para evitar possíveis mal-entendidos, esclarecemos desde já que não se trata, aqui, de algo que seria a expressão de um distúrbio mental crônico, associado, por exemplo, a uma espécie de epidemia de timidez patológica. A sociofobia, tal como a concebe o filósofo César Renduelles (2016), remete mais às dúvidas e/ou frustrações experimentadas nas últimas duas décadas em relação à suposta capacidade das tecnologias da informação e da comunicação de induzirem dinâmicas sociais positivas, no que ela terminou por dar ensejo à emergência de um dogma ciberfetichista. No prefácio escrito à edição brasileira da obra homônima desse filósofo espanhol, Oswaldo Giacoia Jr. (2016, p. 9) nos apresenta, com a clareza e a competência que lhe são de costume, o cerne do problema da sociofobia: “... se é verdade que os sistemas de trocas sempre se apresentaram como o foco do surgimento das formas comunitárias que nos são desconhecidas, a diferença [entre nossas sociedades atuais e as passadas] consiste em que a engenharia social da modernidade está centrada sobre o mercado, e isso de um modo peculiar: nelas, a praça do mercado não é mais um âmbito circunscrito no espaço sociopolítico, mas transformou-se na matrix da sociabilidade moderna, de modo que o mercado tornou-se a instituição que impregna o todo da realidade social. Para maiores informações, cf.: RENDUELLES, César. **Sociofobia**: mudança política na era da utopia digital. São Paulo: Edições SESC, 2016.

Rodrigo Nunes (2022, p. 59), com vistas a deixar evidente essa forma reacionária de capitalização política das crises contemporâneas e dos sentimentos antissistema a que elas dão ensejo e/ou reforçam:

Mas o caminho que eu gostaria de tomar aqui é outro. Ele consiste em relacionar o mistério dessas duas resiliências - a do discurso de extrema direita e aquela evidenciada pelo neoliberalismo desde 2008 – não apenas para mostrar como as duas se comunicam e se retroalimentam, mas também para apontar na direção daquilo que está por baixo das *fake news* e constitui o terreno no qual elas prosperam.

Para dizê-lo em poucas palavras: se a extrema direita, ao recorrer à desinformação ou a qualquer outro subterfúgio, conseguiu mobilizar as paixões antissistema de milhões de pessoas que se sentem desassistidas e deixadas para trás, é porque esses sentimentos existem. Isto é, a mensagem da extrema direita só é convincente porque um grande número de pessoas acredita que há, de fato, algo profundamente errado com o sistema político e econômico atual.

Noutro trecho de seu precioso e instigante livro, Rodrigo Nunes nos sugere um misto de constatação e desafio, com o qual temos de nos haver, queiramos ou não. Tudo se passa como se, de um lado, na base da pirâmide socioeconômica, tivesse aumentado cada vez mais o número de indivíduos que começam a perceber, entre desavisados, perplexos, desorientados e rancorosos, que já não há mais nem capitalismo nem mundo para todo mundo (sentindo-se, pois, ludibriados, traídos e abandonados), e, ao mesmo tempo, de outro lado, no topo dessa mesma pirâmide, se pudesse constatar que um reduzidíssimo número de bilionários sequer se dá mais ao trabalho de fingir que ainda se vislumbra no horizonte a possibilidade de igualdade, inclusão e integração socioeconômica e cultural para todos. Desmoronam, assim, as promessas do Estado-providência, do pacto entre capital e trabalho (que bem ou mal funcionou no transcurso dos “trinta anos gloriosos”) e, com eles, também as promessas e a própria credibilidade das democracias liberais representativas. Desnecessário assinalar, como antecipado acima, que são justamente os grupos, partidos e/ou agremiações político-religiosos fundamentalistas, de direita e de extrema direita, os que saberão melhor escutar e atender a essas demandas antissistêmicas. É em paralelo a esse processo, e estreitamente associada a ele, que devemos situar a emergência da governamentalidade algorítmica. Santos (2019, p. 1) nos ajuda a compreendê-la em seus aspectos essenciais, mostrando como o conceito de governamentalidade, originalmente desenvolvido por Foucault em *Segurança, território, população*, foi retomado e enriquecido pela filósofa belga Antoinette de Rouvroy:

Partindo das análises de Foucault, Rouvroy busca comprovar que atualmente está em processo a instalação de um tipo completamente novo de governamentalidade que age através da otimização algorítmica dos comportamentos, das relações sociais e da própria vida dos indivíduos. O processo de “digitalização do mundo” fornece o fundamento desta “governamentalidade algorítmica” visto que os inúmeros vestígios numéricos (os dados) de nossos comportamentos, que proliferam na internet, formam um conjunto de informações tidas como mais refinadas, objetivas e que falam da realidade como ela é. Por sua objetividade, a “governamentalidade algorítmica opera através de três momentos que permitem seu funcionamento e a desviam de toda interpretação dos fenômenos, de representação do mundo e de construção de subjetividade: a *dataveillance*, a *datamining* e o *profiling*. Entre os “benefícios” pretendidos pela “governamentalidade algorítmica” estão a eliminação, graças aos cálculos algorítmicos, de todo risco, de toda imprevisibilidade e de todo perigo. Isso aumenta a capacidade de predição dos comportamentos futuros dos indivíduos levando, no campo da segurança pública, à diminuição da ocorrência de crimes e ao amplo controle das condutas desviantes. Contrariando esta perspectiva, Rouvroy ressalta que um governo alicerçado em dados digitais pode levar à constituição de uma sociedade sem vida, à eliminação de qualquer representação do mundo e, no limite, à extinção dos sujeitos e das subjetividades.<sup>15</sup>

#### 4 Pensando, com e a partir de Michel Foucault, um agenciamento entre Educação, Democracia, Política e Neoliberalismo

Voltemos, agora, neste que constitui o último bloco de minhas considerações, à tentativa de proceder a um agenciamento entre democracia, educação, política e neoliberalismo, buscando articulá-los a partir e mediante um diálogo com Michel Foucault. Para bem fazê-lo, à conjugação da teoria do capital humano com a difusão do empreendedorismo, tão bem explicitados por Foucault, devemos acrescentar ainda outros importantes fatores, o primeiro dos quais concerne, como aludiu anteriormente Bento Prado Jr., tanto ao *lugar social da escola*, quanto ao possível *sentido contemporâneo da educação*. No livro *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão* (2012), Paula Sibilia nos apresenta a escola como uma organização que experimenta uma relação de franca tensão e desencaixe com nossa contemporaneidade, uma vez que ela, como organização que ganhou corpo nas sociedades disciplinares, tão bem caracterizadas pelo autor de *Vigiar e punir*, agora tem de se haver com outra lógica (do) social, não mais calcada no encerramento ou no sequestro de corpos (lógica das paredes), mas na frenética movimentação dos fluxos digitais (lógica das redes) e na estupidificação e no entorpecimento psíquico de crianças, jovens e adultos - com todas as (des)continuidades, deslocamentos, inflexões e problemas que essa nova condição implica, um dos quais, por exemplo, constitui a dificuldade de discernir sobre onde termina a escola e começa a empresa, e vice-versa. Deve-se assinalar que, das sociedades disciplinares (Michel Foucault) às sociedades de controle (Gilles Deleuze), estão em jogo não

<sup>15</sup> Ao passo que a *dataveillance*, remete à coleta ou extração de dados, a *datamining* e o *profiling* remetem, respectivamente, ao processo de correlação de informações e ao estabelecimento de perfis comportamentais.



só a transmutação em curso no que tange à educação, tomada aqui em sua dimensão institucional, mas também esse desencaixe percebido por Sibilia, que marca a relação entre escola, tomada aqui em sua dimensão organizacional, e sociedade. É o que já nos antecipava, com muita perspicácia, desde o início dos anos 1990, Luciano Zajdsznajder (1992, p. 159-160), nos dois trechos abaixo:

Descobriu-se que o aprendizado deve tornar-se também um desaprendizado. Há que expelir o que se aprendeu na escola, nas instituições do trabalho e nas outras relações. O desaprendizado é a busca de um espaço mais livre, porque somos infestados de diretrizes, fórmulas e orientações, sem que os tenhamos solicitados. Foi isto que substituiu o sistema educacional formal. Tudo quer ensinar, mesmo as sedutoras mensagens da publicidade. As sociedades enlouqueceram educacionalmente. (...) A sociedade educacional - que, é preciso dizer, vai além do sistema educacional formal - é sufocante. Há uma proposta do reencontro do selvagem.”

E (*Id. Ibid.:* p.160) ...

Não se entende o que está ocorrendo sem reconhecer dois movimentos. O primeiro é a percepção que o sistema formal de ensino não é capaz de dar conta do que ocorre com a vida em geral e que esta ideia de educação perdeu o seu lugar. O segundo movimento é a disseminação de processos educacionais por toda a sociedade: nas empresas, nos meios de comunicação, nos órgãos governamentais e em outras instituições. Há um enorme esforço educacional que é sempre parcelado e que está longe de promover a globalidade que a escola, na sua ideia convencional, propôs.

Curiosamente, para nosso infortúnio, ao que parece e ao que me consta, nem antes nem depois de ter feito sua singular e rica leitura do neoliberalismo, em *Nascimento da biopolítica*, Foucault demonstrou maior interesse ou entusiasmo em explorar e problematizar fenômenos que me parecem cruciais, tais como os da comunicação, do *marketing*, da publicidade, da propaganda, do *branding* e da dinâmica da opinião pública - todos virtualmente implicados, com o passar do tempo, em maior ou menor medida, ao *boom* da internet e ao turbinamento das redes sociais, apesar de os precederem e os acompanharem<sup>16</sup>. Mas se aqui o que está em causa seria uma eventual falta de interesse e/ou de motivação por parte de Foucault em analisar esses temas, o mesmo não se pode dizer, todavia, no que tange às novidades no campo das novas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TICS) e aos fenômenos e processos implicados às redes sociais, ao capitalismo de vigilância (de plataforma) e, por fim, ao que hoje vem sendo denominado, com base num conceito por ele próprio criado, de *governamentalidade algorítmica*, uma vez que, nesses casos, ele simplesmente não viveu o suficiente para acompanhá-los e pensá-los a contento.

<sup>16</sup> Nesse sentido, talvez isso explique o fato de ele não explorar, em *Nascimento da biopolítica*, nada acerca do livro *Opinião pública*, obra pioneira, e hoje um clássico, escrita em 1922 por Walter Lippmann, personagem importante relacionado ao ordoliberalismo alemão, em particular, e ao neoliberalismo, em geral.

Quanto a um possível sentido contemporâneo da educação, creio que, depois de cursos, tais como *Em defesa da sociedade; Segurança, território, população*, e; sobretudo, *Nascimento da biopolítica*, esse sentido já não passa tanto, como dantes, por uma mera redução da educação ao processo de escolarização, senão por agenciar e submeter a formação educacional dos indivíduos à lógica extremamente redutora e empobrecedora, em termos sócio-políticos, culturais e cognitivos, que preside a governamentalidade neoliberal<sup>17</sup>. Tal processo deve ser apreendido em várias dimensões, algumas das quais abordarei aqui de forma sumária.

Trabalhando nas valiosas pistas que nos foram legadas tanto por Deleuze e Guattari, quanto por Michel Foucault, e explorando seus virtuais desdobramentos, autores como Éric Alliez & Maurizio Lazzarato (2018), passando por Gregóire Chamayou (2020), Pierre Dardot, Christian Laval e colaboradores (2021), além de Bernard Harcourt (2021), nos alertam para o fato de que as guerras contemporâneas, imanentes ao capitalismo neoliberal, ocorrem tanto em meio à vigência de democracias liberais frágeis e hesitantes, quanto em meio a regimes autoritários, ou de exceção, não havendo mais uma relação de exterioridade nem entre democracia e autoritarismo, nem entre democracia e neoliberalismo. Além disso, salientam esses autores, as guerras contemporâneas são agora promovidas pelos Estados contra as populações, autóctones ou estrangeiras, estejam elas fixadas em seus territórios, estejam elas em trânsito, premidas pela fome, pela pobreza e por perseguições políticas e/ou religiosas. Neste sentido, o racismo de Estado e a necropolítica são partes atuantes e essenciais dessas guerras. Consideremos, por exemplo, o que sucede nas guerras culturais, nas guerras híbridas e nas tentativas neoconservadoras e neofascistas de implantação de regimes autoritários e de mecanismos de exceção: tanto o Direito, pelo estratagema do *lawfare*, quanto a Educação, pela implantação e difusão estratégica de escolas cívico-militares (como foi tentado no governo Bolsonaro, e como vem ocorrendo nos governos do Paraná e de São Paulo) são convocados a uma cruzada que, mais do que apenas ideológica, constitui um complexo processo de subjetivação a um só tempo neoliberal, tecnológico, neoconservador, autoritário, religioso e beligerante, que também participa daquela estratégica capitalização de crises e de sentimentos antissistema a que me referi instantes atrás, encampada pelos movimentos de direita e de extrema-direita.

Enquanto a educação neoliberal vê-se reduzida a um espetáculo grotesco e perverso no qual se digladiam vidas desesperadas, buscando permanentemente atingir altas

<sup>17</sup> Refiro-me aqui tanto à instauração de uma espécie de “miséria simbólica” - para falar com Bernard Stiegler (2018) - em nossa contemporaneidade, quanto, de uma miséria subjetiva e cognitiva, que compromete os horizontes intelectuais e existenciais da infância e da adolescência, para não dizer da vida adulta. Para maiores informações, cf.: Desmurget (2021), Casara (2024), Hari (2023), Sibilia (2012), Lewkowicz (2013) e Wolf (2019).

performances que lhes garantiriam ótimas pontuações, bons ranqueamentos e, em decorrência, supostamente, a tão sonhada inclusão social, o que sucede às democracias? Tornam-se anódinas, desvitalizadas, quase cômicas, não passando de representações desbotadas do que um dia já foram (ou pretenderam, esperançosamente, ser), numa geografia muito delimitada e num breve interstício temporal, no quadro do qual possuíam algum apelo e algum viço, apesar de jamais terem sido efetivamente universalizadas. Não bastasse isso, elas recentemente têm-se transmutado, tornando-se doravante “democracias securitárias”,<sup>18</sup> muitíssimo permeáveis a mecanismos, autoritários, de exceção e a uma série de arbitrariedades e ilegalismos (corrupção, guerra entre facções, milícias etc.), motivo pela qual buscam sustentar-se, sobretudo, por um apelo neopopulista à criminalização da pobreza e à defesa da militarização da segurança pública, promovendo, inclusive, um encarceramento em massa, como sucede em El Salvador, país em que o presidente, Nayby Bukele, foi reeleito, surpreendentemente, com mais de 83% dos votos da população.

Do século XVIII aos nossos dias vivemos sob a égide do modo de produção capitalista, mas a lógica de acumulação de capital mudou, de lá para cá. Ela era uma, da década de 1920 até aproximadamente a década de 1970. Na transição de um capitalismo de produção, fordista, para um capitalismo especulativo-financeiro, rentista, ela se transforma. Como nos diz o economista Luiz Gonzaga Beluzzo (2022):

O Velho e sempre novo Capitalismo não é o capitalismo envelhecido, mas, sim, aquele reinvestido em sua natureza, revigorado nas forças da competição desenfreada entre mamutes empresariais e fundos financeiros que operam em múltiplos mercados. Cada vez mais empenhados em capturar mais valor dos empreendimentos já existentes, os mastodontes multiplicam as fusões e aquisições, ocupam os espaços globais, aceleram o tempo de produção, dispensam trabalhadores e achatam os salários. Nessa toada, amesquinham os espaços nacionais e enfraquecem o poder aquisitivo da massa de trabalhadores informais, enquanto homens e mulheres de carne e osso insistem em sobreviver. Em sua reinvenção, o Velho Capitalismo dissipou as esperanças do capitalismo fordista dos Trinta Anos Gloriosos. O período glorioso alimentou a concepção, ao mesmo tempo solidária, generosa e ilusória do conúbio virtuoso entre as duas formas do capitalismo: 1) o capital produtivo, em que homens e máquinas se combinam para a produção de bens e serviços; e 2) o capital “improdutivo”, que não produz mercadorias, mas gera rendimentos “fictícios” para seus proprietários.

Com essa mudança, nem a democracia nem a educação moderna parecem ter maior relevância para o capitalismo neoliberal. O par educação-democracia, essa “nossa Jerusalém” ruiu, esvaziou-se, tornou-se objetivamente uma espécie de causa perdida. O que nos resta? Cruzar os braços? É inútil resistir? Numa tal situação, em que o possível é inventar o possível, em que o possível é exigir o impossível, a ética tem de se agenciar à política com vistas a

<sup>18</sup> Devo essa ideia ao colega sociólogo e professor Acácio Augusto (UNIFESP).

traçar estratégias de resistência numa guerra que, malgrado já perdida de antemão, não exclui a urdidura de toda uma agonística, de toda uma boa Éris, de toda uma série de contracondutas inusitadas, heteróclitas, plurais, moleculares e dissensuais, cuja força maior reside pura e simplesmente, por um lado, em se rechaçar a ideia de nos tornarmos meros “funcionários da Humanidade” (como dizia Husserl), que se satisfazem apenas em realizar o possível, e, por outro lado, em se insistir obstinadamente em viver, pensar, existir, devir, conviver e amar de outro modo. Em face desse dilema, Foucault, Deleuze e Guattari parecem fazer ressoar algo precioso dito pelo Padre Júlio Lancelotti em entrevista ao jornalista Carlos Tramontina, no Programa “Portas Abertas” (05/09/2023):

Eu não luto para vencer, sei que vou perder. Luto para ser fiel até o fim. Me perguntaram qual minha perspectiva, minha perspectiva é o fracasso, porque se nesse sistema eu não fracassar é porque aderi a ele. Quem está do lado dos rejeitados será rejeitado, quem está ao lado dos que apanham vai apanhar.

### Referências

ANDERSON, Perry. (1992). **O Fim da História:** de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1992.

ANDRADE, Otávio M. de. **Governamentalidade Algorítmica:** democracia em risco? São Paulo: Editora Dialética, 2022.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. Empreendedorismo das plataformas remonta aos primórdios do capitalismo da era mercantilista. In: Holofote, Home, Economia. 22/04/2022. Disponível em: <https://www.holofotenoticias.com.br/economia/empreendedorismo-das-plataformas-remonta-aos-primordios-do-capitalismo-da-era-mercantilista>. Acessado em 28/04/2024.

CÉSAR, Maria Rita de A. **A Invenção da Adolescência no Discurso Psicopedagógico.** São Paulo: Ed. Unesp. 2008.

CHAMAYOU, Grégoire. **A Sociedade Ingovernável:** uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: UBU Editora, Col. Explosante, 2020.

CHÂTELET, François. **Uma história da razão:** entrevistas com Émile Noel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre:** um desafio para a democracia. Ed. Contracorrente, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal. In: SILVEIRA, Ênio. *et al.* Rio de Janeiro: **Encontros com a Civilização Brasileira**, v. 9, 1979, p. 33-47.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian (2016). **A Nova Razão do Mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DOSSE, François. **A Saga dos Intelectuais Franceses (1944-1989)**: São Paulo: Editora Estação Liberdade, Vol. II - O futuro em migalhas (1968-1989), 2023.

DOWBOR, Ladislau. *et al.* **A era do Capital Improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Ed. Autonomia Literária. 2016.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: Novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições SESC, 2020.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a função social da Economia**: uma questão de dignidade humana. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

FRANCO, Blandina & LOLLO, José Carlos (Ilustrações). **Aporofobia**. Você não conhece a palavra, mas conhece o sentimento. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2023.

GALEANO, Eduardo. **Ser como Eles e outros textos**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2023.

LANCELOTTI, Pe. Júlio. Entrevista a Carlos Tramontina – Programa “Portas Abertas”. Disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=4al2KvgBOsA>.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 2a. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2010.

NUNES, Rodrigo. **Do Transe à Vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

PINTO, F. C. **A Formação Humana no Projecto da Modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, Col. Epistemologia e sociedade, 1996.

PRADO JR., Bento. A educação depois de 1968, ou cem anos de ilusão. In: PRADO JR. Bento *et al.* **Descaminhos da Educação Pós-68**. São Paulo Ed. Brasiliense, Col. Debate, v. 8, 1980.

RENDUELLES, César. **Sociofobia**: mudança política na era da utopia digital. São Paulo: Edições SESC, 2016.

SANTOS, Rone Eleandro. Governamentalidade Algorítmica e Subjetivação: sobre os riscos da construção de subjetividades em um mundo digital. In: **REVES, Revista de Relações Sociais**. Vol. 2, n. 1, Open Access, eISSN: 25954490, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18540/revesv2iss1pp0001-0016>. Acesso em: 23/05/2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Ed. Vozes; 1996.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3a. ed., 11a. reimp. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

STIEGLER, Bernard. **Da miséria Simbólica**: I – a era hiperindustrial. Lisboa. Editora Orfeu Negro, 2018.

ZAJDSZNADJER, Luciano. **A travessia do pós-moderno**: nos tempos do vale-tudo. Rio de Janeiro: Editora GRYPHUS, 1992.